

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	XV
Prefácio	1
Por Humberto Dalla Bernardina de Pinho	
Apresentação	5
Por Nilton Cesar Flores	
Apresentação	9
Por Adriano Moura da Fonseca Pinto	
Introdução	11
1 <i>Whistleblower</i>: Conceito, Origem e Evolução na Contribuição para a Recuperação de Ativos	15
1.1 O <i>whistleblower</i> e seus conceitos introdutórios	15
1.2 Evolução histórica e jurídica do <i>whistleblower</i>	17
1.3 A experiência do direito norte-americano com o <i>whistleblower</i> e a <i>False Claim</i> ou <i>Qui Tam Action</i> e a influência em outros ordenamentos jurídicos	19
1.4 A distinção do <i>whistleblowing</i> de outros institutos no ordenamento jurídico brasileiro	22
1.5 Análise do caso em concreto: um comparativo com a Lei de Improbidade Administrativa	24
1.6 A figura da <i>qui tam action</i> e do <i>whistleblower</i> como método desencadeador de solução de conflitos na ação de improbidade administrativa	33

1.7 O sucesso do <i>whistleblower</i> na recuperação de ativos no exterior e o exemplo para a improbidade administrativa.....	36
2 A Ética: Fundamento da Proibição da Administração Pública e o <i>Whistleblowing</i> como Prática Ética.....	39
2.1 Conceitos introdutórios da ética	39
2.2 A influência da ética no caráter histórico do direito administrativo sancionador.....	45
2.3 Ética: caráter histórico e fundamento da administração pública.....	52
2.4 O pensamento de John Rawls: uma visão contemporânea da ética	59
2.5 O <i>whistleblower</i> como instrumento da ética na proibição da administração pública	61
3 O <i>Whistleblower</i> e o Ordenamento Jurídico Brasileiro: Origem do Pacote Anticrime e Sua Viabilidade e Crítica à Lei nº 14.230/21	65
3.1 O <i>whistleblower</i> : origem normativa no ordenamento jurídico brasileiro.....	65
3.2 O <i>whistleblower</i> e o Pacote Anticrime: a regulamentação definitiva do terceiro informante	68
3.3 Da efetividade do Pacote Anticrime: combate à retaliação contra o <i>whistleblower</i>	70
3.4 Da crítica ao Pacote Anticrime e a oportunidade de alteração da Lei de Improbidade Administrativa	74
3.5 Comentários sobre a Lei nº 14.230/21: do enfraquecimento da LIA e o silêncio sobre o <i>whistleblower</i>	77

4 O <i>Whistleblower</i> e Seu Papel no Ordenamento Jurídico Estrangeiro e no Brasileiro: um Instrumento de Combate à Corrupção e a Intervenção do Terceiro como Medida Essencial na Ação de Improbidade Administrativa	89
4.1 A natureza jurídica do <i>whistleblower</i> no direito estrangeiro – colaborador, meio de prova ou denunciante anônimo	89
4.2 A figura do terceiro no ordenamento jurídico brasileiro e seu papel na ação de improbidade administrativa	93
4.3 A importância da intervenção do terceiro para o combate à corrupção e na ação de improbidade administrativa: o <i>whistleblower</i> como papel determinante e a participação da sociedade na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.....	105
4.4 As modalidades de intervenção de terceiro no processo coletivo de improbidade administrativa e a definição do papel do <i>whistleblower</i>	111
5 <i>Whistleblower</i>: o Terceiro Interveniente Anômalo e o Procedimento na Ação de Improbidade Administrativa: uma Expectativa de Celeridade e Recomposição do Erário	121
5.1 O terceiro no inquérito civil da ação de improbidade e na investigação do <i>False Claims Act</i>	121
5.2 O terceiro interessado como colaborador da realização dos métodos de solução de conflito: uma importante participação do <i>whistleblower</i> para a celeridade na recuperação de ativos na ação de improbidade administrativa	133

5.3 Da legitimidade ativa na ação de improbidade e o papel do <i>whistleblower</i> : a falha legislativa da nova Lei de Improbidade Administrativa.....	148
5.4 O <i>whistleblower</i> como terceiro anômalo e o procedimento da ação de improbidade administrativa	156
Conclusão	167
Referências	171